

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Reuniões de Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 – Comissão
- 4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATA**



ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/10/2017

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Roberto Andrade e Dilzon Melo (substituindo o deputado Antonio Carlos Arantes, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento das seguintes correspondências: ofício do deputado Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Direitos Humanos, pedindo providências para que se confira a maior celeridade possível à tramitação do Projeto de Lei nº 3.562/2016, e comunica, também, o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Casa Civil e de Relações Institucionais (13/7/2017); da Sra. Andressa de Oliveira Lanchotti, coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 7.500 e 7.501/2017 (4/8/2017); e do Sr. Paulo Henrique de Urzeda Mota, superintendente regional da 4ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal (28/9/2017). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.918, 3.951/2016, 4.006 e 4.285/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.247/2017, do deputado Bonifácio Mourão, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Serro, para debater a proposta do governo do Estado de construir o Centro de Especialização e Pesquisa de Queijo Artesanal dessa região;

nº 10.338/2017, do deputado Braulio Braz, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, no Município de Muriaé, para debater a aplicação da Lei nº 22.111, de 2016, que institui o polo de piscicultura ornamental.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente – Roberto Andrade – Arnaldo Silva.

**ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/10/2017**

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antonio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Arnaldo Silva (substituindo o deputado Gustavo Santana, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.954/2016 com a Emenda nº 1, votada em separado, e 4.401/2017 (relator: deputado Fabiano Tolentino), 4.127 e 4.316/2017 (relator: deputado Gustavo Santana), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.768/2017 com a Emenda nº 1 e 8.951, 8.952 e 8.970/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.525/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Minas e Energia, para debater, em audiência pública, o leilão dos investimentos realizados pela Petrobras referente à planta de amônia que seria construída no Município de Uberaba;

nº 10.527/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba pedido de informações sobre o adimplemento da empresa Lamar Engenharia e Comércio Ltda. junto às pessoas físicas e jurídicas prestadoras de serviço para a execução das obras relacionadas com a estação de tratamento de esgoto no Município de Arcos, tendo em vista o impacto dessa obra na qualidade da produção agropecuária.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente – Emidinho Madeira.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 31/10/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 3.675/2016, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à presidente do Iepha pedido de informações sobre o procedimento de tombamento do imóvel onde se localiza o Colégio Angélica, no Município de Coronel Fabriciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.849/2016, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a quantidade de leitos de UTI credenciados no Estado nos últimos quatro anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.829/2016, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a existência de convênio com o Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção – Censa –, localizado em Betim, bem como sobre o repasse de recursos financeiros nos anos de 2015 e 2016, caso exista a parceria. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 46/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcelo Fernandes Siqueira para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 47/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Tarcísio Dayrell Neiva para o cargo de presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 48/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Girlaine Figueiró Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 49/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria do Carmo Menicucci de Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 50/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria da Glória Ferreira Giudice para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 51/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Eduardo de Oliveira Chiari Campolina para compor o Conselho Estadual de Educação.

A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 53/2017, feita pelo governador do Estado, do Sr. Gustavo Henrique Escobar Guimarães para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.468/2017, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457, que concede revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2016 e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.478, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia aos servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica que menciona, nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.484, que concede anistia às praças da Polícia Militar de Minas Gerais excluídas da corporação em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em junho de 1997. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.562, que cria fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.563, que institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2 "g", 37, 43, 88, 93 "b", 93 "c" e 102 e pela rejeição do veto ao item 93 "i", todos do Anexo I da proposição de lei.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2017, do deputado Cássio Soares, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.702, de 4/8/2008, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alpinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.785/2016, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho da Rodovia MG-259 que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sardoá. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 31/10/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.233/2017, do deputado Sargento Rodrigues.

Requerimentos nºs 8.113, 8.209 a 8.212, 8.214 a 8.216, 8.242, 8.243, 8.245, 8.279, 8.280, 8.282, 8.286 a 8.289, 8.301, 8.305 a 8.308, 8.316, 8.334, 8.335, 8.369 a 8.371, 8.373, 8.408, 8.413, 8.415, 8.438, 8.439, 8.455, 8.480 a 8.488, 8.505 e 8.533/2017, do deputado Cabo Júlio; 8.521/2017, do deputado Sargento Rodrigues; e 8.532/2017, do deputado Douglas Melo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a insegurança a que estão sujeitos os alunos e professores da Escola Estadual Professor Magalhães Drumond, localizada no Bairro Nova Cintra, em Belo Horizonte.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 31/10/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 31/10/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 4.034/2017, do deputado Léo Portela; 3.926/2016, do deputado Noraldino Júnior.

Requerimentos n°s 9.157/2017, do deputado Bosco e 9.177, 9.178, 9.179, 9.180, 9.181 e 9.182/2017, do deputado Ulysses Gomes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a situação do Cesec Poeta Murilo Mendes, de Belo Horizonte.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 31/10/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 31/10/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei n° 774/2015, do deputado Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 3.556/2016, do deputado Dilzon Melo; 4.018/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 31/10/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 31/10/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 3.912/2016, do deputado Leonídio Bouças; 3.921/2016, do deputado João Vítor Xavier; 3.993/2017, do deputado Fábio Avelar Oliveira; e 4.062/2017, do deputado Cássio Soares.

Requerimentos n°s 9.012/2017, do deputado Doutor Wilson Batista; e 9.133/2017, do deputado Thiago Cota.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 31/10/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 8.962 e 8.963/2017, da Comissão de Participação Popular, e 9.143/2017, do deputado Gil Pereira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 31/10/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei n° 3.676/2016, da Comissão Extraordinária das Barragens; do Projeto de Lei n° 3.859/2016, do deputado Tito Torres; do Projeto de Lei Complementar n° 71/2017, do governador do Estado; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2017.

João Magalhães, presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

DISCURSOS PROFERIDOS NA 88ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/10/2017

O deputado Gustavo Corrêa* – Boa tarde. Subo a esta tribuna, mais uma vez, prezado deputado Duarte Bechir, evidentemente para mostrar aos mineiros os erros que este governo vem cometendo. Infelizmente os mineiros foram iludidos pelo candidato Fernando Damata Pimentel, quando, durante a campanha eleitoral de 2014, prometia aos mineiros que faria um governo austero, pagaria aos servidores da educação o piso nacional, faria grandes obras em nosso estado, haja vista que era ligado e apoiava a presidente Dilma e, conseqüentemente, o presidente Michel Temer, e prometia diminuir o preço da energia em nosso estado. Resumindo, Minas Gerais se transformaria num canteiro de obras, os servidores receberiam belos salários e este estado voltaria a ser a Minas Gerais que todos nós sonhávamos, porque gostava de fazer críticas às gestões passadas.

Passaram-se dois anos e dez meses, e não vimos absolutamente nada do que foi prometido ser executado. Este governo, que é uma farsa, não tem pago o salário dos servidores em dia. Este governo, presidente Dalmo, não cumpre nem sequer os compromissos que assume. Todo final de trimestre, o secretário de Fazenda vai à imprensa divulgar o escalonamento. Os governos passados eram horríveis, mas, no quinto dia útil do mês, o salário estava no caixa, diferentemente deste governo, que, todo final de trimestre, vai aos órgãos de imprensa para dizer do escalonamento, como se fosse uma bela conquista, e divulgar a forma como será feito o pagamento. Infelizmente nem aquilo que dizem e com o que se comprometem – é como se fosse fazer um risco na água – o governo cumpre. Na última semana, os servidores tiveram que esperar quatro dias para receber a segunda parcela do salário. Será que o governo vai pagar a terceira parcela? Para mim, não.

Porque este governo, de forma irresponsável, continua fazendo gastos que não deveria, para agradar a companheirada do PT. Agora mesmo ele tem feito vários anúncios nos órgãos de imprensa, apesar de afirmar que não tem dinheiro, mas gasta quase R\$100.000.000,00. E o pior, prezado deputado João Leite, fica se vangloriando de três obras que já foram realizadas: a ponte sobre o Rio Jequitinhonha, na minha querida Almenara; a ligação entre Lagoa Dourada e Carandaí; e a conclusão do córrego de Betim. Agora há uma nova modalidade: vai começar a duplicação da estrada que liga Varginha até a BR-381. Eu espero que essa obra comece até o ano que vem, porque infelizmente esse governo será conhecido como aquele que realizou apenas três obras no Estado. Nós não temos dúvida alguma de que os mineiros não se deixarão levar mais uma vez pela mentira que o partido do governador implementou na última campanha eleitoral. Deputado Inácio Franco, o governo afirma que não tem dinheiro para fazer novos investimentos porque pegou o Estado endividado, dizia que a dívida era de R\$2.000.000.000,00 ou R\$3.000.000.000,00. No orçamento que chegou a esta Casa, a dívida já estava em R\$8.400.000.000,00. Então, ele aumentou a dívida, não a diminuiu. E o pior, deputado Agostinho Patrus, o fundo que V. Exa. votou, que era a salvação do Estado de Minas Gerais, está aí, igual a este governo, patinando.

Governador, eu já disse várias vezes a V. Exa., deixe de ser cara de pau; vá governar como deve ser; pague o dinheiro da saúde que deve aos municípios mineiros, R\$2.600.000.000,00; pague o transporte escolar que não foi pago. E ainda vai a Janaúba e faz uma demagogia danada. Liberar recursos para a educação e a reforma das creches, nada! Se não fosse o governo federal, coitada, a creche nem seria reconstruída.

Deputado Gustavo Valadares, infelizmente o governador não tem cumprido os compromissos feitos durante a campanha. Está preocupado em viajar pelo nosso Estado com a caravana do blá-blá-blá. É aquela caravana que eu já disse. Montam uma estrutura de cinema, coisa de primeiro mundo. Para publicidade esse governo é craque, gasta que é uma beleza. Pagar diária a servidores é outra maravilha. Cada caravana gasta quatro dias com diária. E de concreto para Minas Gerais, nada, deputado Duarte Bechir! Infelizmente, quem tem sido penalizado são os mineiros, que estão virando objeto de chacota nacional, infelizmente.

Lamento profundamente que os mineiros tenham sido iludidos; imaginavam que teriam um governo que faria grandes obras, mas o que temos visto nestes dois anos e meio é absolutamente uma paradeira geral. Em compensação, a companheirada do PT está enchendo o bolso de dinheiro. Cada salário que eles têm! A Cemig, coitada, virou a subsidiária do PT. Todo o mundo que é filiado ao PT tem um carguinho, uma boquinha lá na Cemig, na Copasa e na Codemig. Quero saber, ainda, se estão doando 10% dos salários. Nesse caso, estão enchendo o caixa do PT com dinheiro público. O dinheiro é público! A Cemig é dos mineiros! Não é do PT, como se transformou lá.

Em primeira mão, prezado deputado Roberto Andrade, quero dizer que os deputados do bloco de oposição protocolaram hoje, na Justiça mineira, uma ação para defender os municípios mineiros – acho que todos os deputados deveriam ter assinado –, exigindo, como determina a Constituição, que o governo repasse o dinheiro do ICMS aos municípios mineiros. Deputada Marília, isso é diferente do que está ocorrendo. Não tenho visto aqui uma voz do bloco independente, como disse o deputado Sargento Rodrigues ontem, independentemente de o governo apoiar quem quer que seja. É o blocão da independência. Independentemente do governo, A, B ou C, estão junto com ele. Não vejo também ninguém da base governista defender e cobrar do governador o repasse do ICMS, o repasse da saúde, que o deputado Antônio Jorge ainda hoje fez questão de reafirmar, mais uma vez, que já bate na casa dos R\$2.6000.000,00. Por aí vai.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Cumprimento V. Exa.

Temos feito uma análise deste governo. E essa análise não é só nossa, não, deputado Dalmo, pois os próprios deputados da base, os deputados do bloco parlamentar independente também fazem, só não externam as vozes aqui na tribuna. É um absurdo o que estamos vendo, acompanhando. Não podemos chamar isso de gestão. Chamar este governo de gestão pública é pomposo demais para ele. Não vemos e não estamos constatando.

Deputado Gustavo Corrêa, nas minhas visitas pelo interior, quando os servidores da segurança pública me questionam presencialmente como vai ficar a questão do parcelamento e a das perdas inflacionárias, deputado Dalmo, digo a eles constantemente, após quase dois anos de parcelamento de salário, que não vejo mais nenhuma esperança de fim desse parcelamento nem nenhuma possibilidade da reposição das perdas inflacionárias. Deixo aqui um desafio a qualquer deputado da base de governo, especialmente aos deputados do PT, que é o núcleo duro da base, que venha aqui à tribuna desta Casa, deputado Gustavo Corrêa, trazer aqui um exemplo de austeridade do governo. Onde o governo cortou? Onde deu demonstração de seriedade no trato da coisa pública? Onde demonstrou que é um governador responsável na administração pública do Estado, portanto está cortando determinada secretaria, determinado cargo público, determinado gasto? Pelo contrário, deputado Dalmo, só vemos e constatamos denúncias gravíssimas de aumento das despesas, o que contraria a tese de que herdaram um déficit de R\$7.000.000.000,00. Foram seis secretarias para a companheirada, centenas de cargos comissionados, R\$100.000.000,00 para propaganda oficial. Aí, os municípios, como V. Exa. acabou de dizer, estão morrendo à míngua. Mas foi com prazer que entramos com a ação.

Os deputados da base de governo estavam morrendo de vontade de assinar a ação popular para fazer o repasse, deputado Dalmo, do ICMS aos municípios. Ele está cometendo crime de apropriação indébita, deputado Gustavo Corrêa.

É isso que está acontecendo hoje em nosso estado. É uma vergonha, um governo despreparado, irresponsável, incompetente do ponto de vista da gestão pública. É um desgoverno em Minas Gerais. Esse moço não merece ser chamado de governador. Parabéns a V. Exa.

O deputado Gustavo Corrêa* - Agradeço a V. Exa., deputado Sargento Rodrigues. V. Exa. vai passar o resto deste mandato esperando que algum deputado da base governista suba realmente a esta tribuna e demonstre as medidas que foram tomadas para diminuir o inchaço da máquina pública. O governador não está preocupado com isso. Se ele estivesse preocupado com isso, a caravana do blá-blá-blá não precisaria rodar e gastar, igual está por aí. Estou ficando preocupado, porque agora o governador arrumou uma outra desculpa, deputado Sargento Rodrigues, acompanhando o ex-presidente Lula pela fracassada Caravana da Cidadania por

Minas Gerais. As redes sociais estão pipocando de fotos, de vídeos, demonstrando como os mineiros estão recebendo o ex-presidente. É realmente lastimável. E esperamos que o governo do Estado não use sua estrutura governamental para promover a visita do ex-presidente Lula em Montes Claros, na próxima sexta-feira.

E o mais triste, deputado Gustavo Valadares, é ter de ouvir o líder de governo, que aqui não se encontra, ir a um órgão de imprensa fazer críticas à oposição sobre citação de A, B, C ou D em algum inquérito. Ele esqueceu que o governador, que a mulher do governador e outros tantos amiguinhos mais estão com a batata quente lá no STJ também. Pior, esqueceu o que o presidente que ele está acompanhando agora andou fazendo pelo Brasil afora. Está na hora de o governador descer do palanque. Governe para os mineiros, cumpra pelo menos 1% do que prometeu durante a campanha, por favor, governador, os municípios mineiros estão à míngua. A saúde está o caos, pela sua incompetência, governador. Os municípios não estão recebendo dinheiro do transporte escolar. Estive no Município de Pompéu há cerca de um mês e a diretora da escola, deputada Marília, veio me dizer que os alunos não têm comida.

Os alunos não têm comida, porque o governo do Estado não faz o repasse. Cadê aqueles bravos e guerreiros deputados da base do governador para subir aqui e cobrar do governador? E deixar de abaixar a cabeça? Devemos nos preocupar com o juramento que fizemos aqui de defender os mineiros. Vamos, sobretudo os deputados da oposição, todas as vezes, meus amigos e minhas amigas, que este governo for responsável, continuar aqui nesta tribuna mostrando aos mineiros que este governador é cara de pau.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Antonio Carlos Arantes* - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, venho a esta tribuna me manifestar sobre a audiência pública que tivemos essa semana, na segunda-feira, para discutir o desrespeito da Copasa para com os cidadãos mineiros. Foi uma audiência que realmente mexeu com esta Casa e dela participaram aproximadamente 300 lideranças, a maioria prefeitos – aliás, a maioria, na realidade, eram vereadores, mas havia muitos prefeitos.

O que a Copasa, deputado Mourão, está fazendo hoje com os usuários dos seus serviços ou de seus desserviços é realmente criminoso – essa é a realidade. Quando digo Copasa, tenho que isentar grande parte dos seus servidores, porque muita gente séria trabalha na companhia, mas não têm comando, são comandados por uma direção... Quando falo de Copasa, é lamentável dizer, estou falando de uma Copasa já de 30 anos. Ela tem uma história de vender água e esgoto caro e de não entregar o produto na hora certa e na quantidade certa. Resumindo: não conheço um contrato que a Copasa faça com eficiência e que ela cumpra na essência, na realidade, que ela cumpra parte, porque a maior parte dos contratos da companhia são uma vergonha.

Não consigo entender uma empresa de capital misto que tenha 70% ou mais do mercado do Estado e que dá prejuízo. Imaginem se eu ou qualquer um de V. Exas. tivéssemos uma empresa e vendêssemos um produto detendo 70% do mercado, não teria negócio melhor. Mas a Copasa alega que o negócio não é bom. A Copasa chegou à desfaçatez de fazer contrato com as prefeituras, iniciando a cobrança do esgoto do cidadão. Mas ela não trata o esgoto. A companhia virou hoje a maior poluidora do meio ambiente de Minas Gerais. Ela tinha de dar exemplo de preservação, mas dá exemplo de destruição do meio ambiente. Um exemplo está em Divinópolis – o deputado Fabiano Tolentino tem feito um grande trabalho nesse sentido. Passava um rio na MG-050, há 5, 10 anos. Víamos um rio e uma lagoa limpos, mas hoje já não existe isso, hoje é só aguapé. Poluiu todo o rio e, parece-me, já faz oito anos que fez um contrato, mas até hoje não trata o esgoto. Assim, na minha cidade de São Sebastião do Paraíso, já era para estar pronto o tratamento de esgoto desde 2015 – ainda há mais da metade para fazer. Há alegações mentirosas e desculpas esfarrapadas, mas está cobrando do cidadão.

Fruto dessa audiência, surgiu um requerimento de minha autoria, com o apoio também do deputado Felipe Attiê, a quem agradeço muito – ele, desde o começo, atendeu e marcou essa audiência. Tivemos a participação de vários deputados e conseguimos mostrar força naquela audiência. Entre os requerimentos, estamos denunciando a Copasa na Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae. Mas é impressionante, porque a Arsae não

está aí para fiscalizar, está aí para passar a mão na cabeça. É um absurdo. Estamos também denunciando a Copasa ao Ministério Público, para que ela devolva o dinheiro cobrado do cidadão sem entregar o produto, ou seja, o tratamento de esgoto.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Antonio Carlos Arantes, V. Exa. está abordando, com muita propriedade, este assunto lamentável do tratamento desrespeitoso da Copasa para com os municípios de Minas Gerais em que ela opera.

Quero dar um testemunho sobre o Município de Iapu, próximo a Ipatinga e Governador Valadares. Lá é Copasa, e há água só um dia da semana; nos outros seis dias não há água nenhuma. E assim acontece com tantos outros municípios.

Quero aproveitar esta oportunidade, deputado Antonio Carlos Arantes, para falar um pouquinho sobre a audiência que V. Exa. marcou para amanhã, quinta-feira, às 14 horas, e que, com certeza, vai abordar o assunto da crise do leite em Minas Gerais e no País. Estaremos presentes e já convidamos inúmeras lideranças da área de Governador Valadares e de toda a região para que se façam presentes. Os produtores de leite de Minas Gerais e do Brasil estão passando por uma crise profunda, caindo o preço dia a dia sem nenhuma justificativa, exatamente numa época em que o produtor deveria receber um pouco mais pelo leite, numa época de seca como poucas vezes já se viu na história deste estado e deste país.

Numa hora destas, o produtor rural, que fica mais animado com a sua produção, porque faz um sacrifício enorme para colocar o leite no supermercado ou na mesa das pessoas, vê cada vez mais o seu produto perder o valor. Isso, como consequência – abordaremos amanhã com V. Exa. –, gera desemprego no meio rural, e precisamos cada vez mais de pessoas no meio rural para, por meio das suas mãos calejadas, colocar o alimento na mesa das pessoas que moram e trabalham na cidade.

Estamos aqui para parabenizar V. Exa. por tomar a iniciativa de realizar essa audiência de grande interesse para Minas Gerais, especialmente para a nossa classe rural.

O deputado Antonio Carlos Arantes* – Muito obrigado, deputado Mourão. Vou continuar a falar da Copasa e, daqui a pouco, abordarei a audiência do leite.

O que acontece na cidade de Bom Despacho, onde o esgoto é cobrado há muito tempo, mas grande parte dele não é tratada e é jogada no rio, poluindo-o? E, ainda por cima, está faltando água na cidade. No Bairro São Vicente, que tem mais de 20 mil habitantes, para se ver água, foi precisa muita pressão do prefeito, grande prefeito Fernando Cabral, dos vereadores, das lideranças, do vice-prefeito. Fui lá acompanhado do nosso amigo Dinis Pinheiro, do deputado Fabiano Tolentino, e com a cobrança também do deputado Domingos Sávio.

A Copasa alegava que faltava água porque o rio tinha secado, mas eles sabiam, há muito tempo, que a água ia faltar e não tomaram nenhuma providência. Depois alegavam que não tinham como colocar água lá, deputado Gustavo Valadares, que não tinham como contratar caminhões-pipas, porque eles tinham de vir do Paraná, porque em Minas Gerais não havia caminhão-pipa. Mentira. No outro dia, ligamos para uma empresa que disse que colocava 15 caminhões em pouco tempo, bastava querer. Há milhares de caminhões parados em Minas Gerais porque as empresas estão paradas, porque não se faz rodovia nem obra no Estado. Este é um estado que anda para trás.

Então, até nisso eles gostam de enganar o povo e contar mentiras. Aí, diante da nossa pressão, levaram esses caminhões-pipas, mas, mesmo assim, não se resolveu o problema. É o caso de Arcos, que está numa situação complicada. É o caso também de Botelhos, que, há cinco anos, paga tratamento de esgoto, e não o tem. Como é o caso de São Sebastião do Paraíso, de Guaxupé, de Carmo do Rio Claro, e, da mesma forma, de Alpinópolis. Eles pagam o esgoto, e ele não é executado. São dezenas e dezenas, para não falar centenas de cidades onde a Copasa exerce o papel de uma empresa caloteira. É triste falar assim, mas essa é a grande realidade. Acontece também em Nova Resende, uma cidade progressista, onde a Copasa se instalou nos anos de 1990. Aliás, participei da inauguração com o ex-presidente da Copasa Ruy Lage, e não fizeram os investimentos. Hoje, falta água também em vários bairros da

cidade de Nova Resende. Então, a Copasa é uma empresa ineficiente e até desrespeitosa com o cidadão. Mas, se ela não tomar providências, nós cobraremos, agindo e denunciando.

O produtor de leite no Brasil, hoje, é um grande herói, porque tem de vender o leite a R\$1,00, R\$1,10. Em muitos lugares estão vendendo o leite até por menos que isso. Há gente vendendo o leite, deputado Bonifácio Mourão, a R\$0,70. É desumano. É fruto de uma parceria do Brasil com o Uruguai, Lula e Dilma, Mujica, e o produtor paga a conta.

Essa audiência pública é para mobilizar todas as regiões produtoras de leite. Vamos fazer pressão para que o governo federal consiga eliminar esse contrato de importação com o Uruguai. O ministro Blairo Maggi parece que já se manifestou positivamente. Esperamos que tenhamos resultados.

Estamos convidando cooperativas, sindicatos, produtores para fazer uma grande manifestação amanhã, na Assembleia. Tenho a certeza de que haverá muita gente, porque produzir leite em Minas e no Brasil virou um ato de heroísmo – um produto tão nobre, tão importante para as famílias, principalmente as mais pobres. Queremos que chegue às prateleiras, às casas das famílias por um preço barato. Mas não podemos sacrificar tanto o produtor como tem acontecido. No Brasil é difícil; em Minas mais difícil ainda, porque aqui temos a energia mais cara, aprovada nesta Casa pelos deputados, não os nossos. Os deputados Gustavo Valadares, Bonifácio Mourão Dalmo Ribeiro Silva estão aqui, e votamos contra o aumento dos impostos da energia elétrica, votamos contra o aumento dos impostos da ração, votamos contra o aumento dos impostos dos equipamentos agrícolas, que afetam diretamente os produtores de leite. Mas a maioria, cedendo de joelhos ao governo Pimentel, aprovou esse aumento, e isso causa impacto direto no custo de produção do nosso produtor. Impostos na energia, impostos no combustível, que aumentou novamente, impostos para todo lado. E não há investimento na melhoria das rodovias, da energia elétrica, das estradas, e o produtor paga a conta.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Deputado Antonio Carlos Arantes, estava acompanhando seu pronunciamento, primeiro em defesa dos municípios por conta do desrespeito das tratativas da Copasa, a ausência de compromisso, a irresponsabilidade de gestão daqueles que dirigem a empresa, a falta de água, e a Copasa faz vistas grossas, como se o problema e a responsabilidade não fossem dela. Ouvi também sua exposição a respeito das dificuldades dos produtores de leite. Nós, deputados que rodamos o interior de Minas, sabemos dessas dificuldades, Minas é um grande produtor de leite, tem uma bacia leiteira muito grande. E, por conta da atual situação do preço do leite, Minas sofre, os produtores sofrem, os municípios sofrem, todos nós sofremos.

Mas vim aqui para tratar de outro assunto cuja bandeira ambos compartilhamos e defendemos sempre, independentemente da questão de a maioria da população, pelo menos de forma superficial, entender que não estamos corretos na avaliação que fazemos: o retorno dos voos de grande porte ao Aeroporto da Pampulha. Hoje, um jornal de grande circulação nacional, se não me engano a *Folha de S.Paulo*, noticiou que foi revogada a portaria que proibia a volta desses voos àquele aeroporto. Vamos continuar lutando para que isso não aconteça, mas em breve teremos a volta. O discurso mais fácil, populista, eleitoreiro de alguns, inclusive alguns que estão à frente do Executivo, é defender a volta dos voos. Mas, na primeira chuva, no primeiro dia em que o saguão do Aeroporto da Pampulha for inundado, no primeiro dia em que as filas dos *check-ins* chegarem ao estacionamento do lado de fora, no primeiro dia em que os voos atrasarem por conta da pouca e acanhada estrutura daquele aeroporto para receber voos de grande porte, as pessoas nos darão razão.

Hoje mesmo, pela manhã, na reunião do nosso bloco – e não fomos nem somos unanimidade na defesa do Aeroporto de Confins nem mesmo dentro do nosso bloco –, eu disse que o que está em jogo são 20 minutos. É o tempo de deslocamento entre os Aeroportos de Confins e da Pampulha. Quem vai até a Pampulha gasta um tempo de cerca de 20 minutos, e até o Aeroporto de Confins são mais 20 minutos. Para trocar uma infraestrutura maravilhosa, das maiores e melhores do País, por uma infraestrutura acanhada e atrasada, e que trará péssimo retorno aos belo-horizontinos, aos mineiros e aos nossos turistas, a impressão será a pior possível.

Então, trouxe esse assunto, apesar de o tempo de V. Exa. estar se esgotando – espero que o presidente lhe dê mais alguns minutos –, para lamentar a decisão da revogação da portaria que proíbe a volta dos voos. Continuarei, contrariamente àqueles do discurso fácil e populista, defendendo o Aeroporto de Confins em detrimento do Aeroporto da Pampulha para voos de grande porte. Muito obrigado.

O deputado Antonio Carlos Arantes* – Conte comigo, deputado, sempre que for tocar nesse assunto. O pior de tudo é que o País tem dificuldade de conseguir recursos para os investimentos, e as parcerias público-privadas são o grande caminho. Que empresa vai querer investir em um estado que não cumpre contratos e não tem essa visão maior?

Mas não poderia deixar de falar do evento internacional do café, de que o deputado Dalmo Ribeiro Silva participou conosco hoje, representando muito bem a Assembleia Legislativa. Para Minas Gerais, esse evento foi uma conquista que se deu em Londres, há seis anos, quando eu, o deputado Carlos Melles e outros parceiros estávamos presentes. Por meio do governador Antonio Anastasia, conseguimos trazer esse evento para Minas Gerais, de modo que o mundo do café estará em Belo Horizonte até sexta-feira. Quem quiser saber do café no mundo, do mercado do café e da produção do café de qualidade, basta ir ao Expominas. Ali está o que há de melhor no mundo em termos de café, principalmente do café de qualidade produzido pelos mineiros e pelos brasileiros. Convidamos todos a participar desse evento internacional no Expominas, que valoriza a nossa cafeicultura.

Encerrando, também não poderia deixar de lembrar que amanhã será realizada essa audiência pública, que é fundamental, até porque não há nenhum município em Minas que não produza leite – mesmo em Belo Horizonte, deve haver algumas vaquinhas. Então, é fundamental que façamos uma ação forte e positiva na defesa do nosso produtor de leite. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna manifestar minha alegria e até certa euforia em ter visto no orçamento para 2018, de iniciativa do governador Fernando Pimentel, a destinação de recursos para o término da construção dos hospitais regionais.

Refiro-me especificamente ao Hospital Regional de Governador Valadares, obra que está 80% pronta e que foi iniciada no governo Antonio Anastasia. Ao fim do governo seguinte, de Alberto Pinto Coelho, havia 300 pessoas trabalhando na construção daquele hospital. Veio então o governo Fernando Pimentel, que paralisou completamente as obras. Nada mais revoltante e triste do que ver uma obra, principalmente uma obra hospitalar, portanto da área da saúde, iniciada em um governo e com muito mais da metade concluída, ser paralisada pelo governo seguinte, especialmente em época tão calamitosa para a saúde como a que estamos vivendo. Vemos hoje pessoas carentes morrendo por falta de recursos, sendo sacrificadas, ficando em portas de hospitais sem receber a assistência que merecem e de que precisam; vemos as pessoas do interior lotando ambulâncias para procurar recursos na capital, mas retornando sem encontrá-los. Aliás, em boa parte, os hospitais da capital estão fechando leitos, a exemplo do que aconteceu com a grande Santa Casa. Se esses hospitais regionais estivessem prontos há mais tempo, a situação seria diferente. Para isso bastaria concluir as obras iniciadas nos governos passados, de Antonio Anastasia e de Alberto Pinto Coelho – no caso de Governador Valadares, bastava concluir 20% dela, e o hospital estaria pronto. E sei que, em Juiz de Fora, Divinópolis e Teófilo Ottoni, as obras também estão bem adiantadas. Enfim, bastava concluir as obras dos hospitais regionais das cidades-polo de Minas Gerais, e certamente não teríamos uma demanda tão grande do interior para a capital, até porque são hospitais destinados a atender à pequena, à média e à alta complexidade, vale dizer, capacitados a realizar desde uma extração de unha até uma cirurgia do coração ou da cabeça.

O projeto é o melhor possível, mas foi completamente paralisado pelo governo atual. Estamos aqui, agora, ocupando esta tribuna para dizer ao governador Fernando Pimentel e ao povo de Minas Gerais que acreditaremos que, desta vez, o que está no papel, ou seja, o projeto da Lei Orçamentária Anual será cumprido pelo governador. O que ele pôs foram R\$39.270.000,00 para concluir as obras do Hospital Regional de Governador Valadares, que abrangerá 86 municípios da superintendência regional de Valadares, assim

como da superintendência regional de Coronel Fabriciano, atendendo á população completamente carente desses municípios, que é atendida pelo SUS.

Esperamos, deputado Gustavo Corrêa, que o governador cumpra o que ele próprio tomou a iniciativa de pôr no orçamento, com esse dinheiro que colocou para o hospital. Por que estou dizendo isso? Porque, em 2015 para 2016, colocamos R\$25.000.000,00. O deputado João Magalhães, a deputada Celise Laviola, o deputado Antônio Jorge e alguns outros nos ajudaram a fazer uma emenda e pôr essa importância no orçamento. O governador não cumpriu esse orçamento, ou seja, não pôs os R\$25.000.000,00. Mas agora põe R\$39.000.000,00 para o ano que vem, por ser um ano de eleição para governador, senador, deputado e até presidente da República. Mas não só por ser ano de eleição, mas por ser uma obra essencial na área da saúde, esperamos que o governador cumpra isso.

Ele pôs também mais R\$4.470.000,00 para as obras de acesso ao hospital, isso é, para a subida da rampa da Rio-Bahia, dando acesso ao hospital, assim como para o prologamento da Avenida Minas Gerais até o hospital. É uma pequena rodovia que se transformará numa avenida, sonho antigo de Governador Valadares e da região, que facilitará o acesso ao hospital das pessoas que vierem de Mantena, Conselheiro Pena, Aimorés, Resplendor, Galileia e assim por diante.

Nós estamos aqui para dizer ao governo que acreditaremos que, no ano que vem, as obras do Hospital Regional de Governador Valadares e as outras desses outros hospitais para os quais ele pôs recursos serão efetivamente concluídas, para o alívio do povo mais carente de Minas Gerais.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* – Meu caro deputado Bonifácio Mourão, em primeiro lugar, queria dizer que líder aqui é V. Exa., da mesma forma que o deputado Dalmo, nossos dois decanos de bancada e excepcionais parlamentares. Quero fazer jus às suas palavras. Sou testemunha do seu empenho e da sua luta de anos para que este governo possa concluir essa obra que beneficiará toda a região em torno de Governador Valadares. Todos os municípios vizinhos terão oportunidade de serem atendidos.

Quero dizer a V. Exa. que estaremos também vigilantes em relação ao orçamento. Lamento, deputado Bonifácio Mourão, que, da forma como o orçamento chegou a esta Casa, sabemos que não é um orçamento real, que o governo trabalha com hipóteses e imagina que arrecadará não sei quantos bilhões com as vendas do fundo. O déficit orçamentário está só crescendo, porque o governador não manda embora a companheirada. Os ajustes que precisavam ser feitos na máquina e na gestão pública não foram feitos. E aí, o que ocorreu? A obra do hospital de Valadares parou, como a de Teófilo Otôni, de Montes Claros e de tantos outros hospitais.

Esperamos que o governador priorize, realmente, as ações que precisam ser implementadas. Não temos dúvida alguma de que uma das obras mais importantes, senão a mais importante, é exatamente a da conclusão desses hospitais. Tivemos a oportunidade de ver, infelizmente, em consequência da tragédia de Janaúba, a deficiência do sistema de saúde do nosso estado. Não havia sequer gases e soro no hospital, e o governador viajando com aquela...

O deputado Bonifácio Mourão* – Inclusive, a situação do Hospital João XXIII, que complicou.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* – Exatamente. Nem água quente para os doentes tomarem banho aquele hospital tem. E o governador viajando com a caravana do blá-blá-blá.

O que queremos, como deve ser o proceder do bom gestor público – e foi assim nos governos passados, de que V. Exa. foi líder, os quais defendi e continuarei defendendo, porque Minas obteve inúmeros avanços com os governos passados –, é que priorizem as ações. Deixem de lado a companheirada e pensem na maioria do povo, que está sofrendo sem um atendimento adequado na área da saúde.

Na verdade, essa obra de Valadares é fundamental. V. Exa., como deputado majoritário daquela região, conhece bem os problemas dela. Inclusive, também tenho votos em algumas cidades da região e sei das dificuldades que os municípios vêm enfrentando. Então, o que esperamos e iremos cobrar, sob a sua liderança, é que o governador cumpra o que está no orçamento, que

libere o dinheiro e que pare com esse blá-blá-blá, para que essa obra, que será de suma importância para o Vale do Rio Doce, seja, enfim, concluída.

Então, parabênizo V. Exa. pelo belo pronunciamento. Mais do que isso, quero destacar mais uma vez a sua luta e o seu empenho em prol dessa obra para aquela região.

O deputado Bonifácio Mourão* – Muito obrigado, deputado Gustavo Corrêa. Esperamos que o governo cumpra o orçamento e inicie a obra.

É bom lembrar que essas obras estão sendo depredadas, deputado Gustavo Corrêa. No Hospital Regional de Governador Valadares estão arrancando até o piso, e isso não é surpresa para ninguém. Afinal, numa obra abandonada há mais de um ano, daquela dimensão, com apenas um ou dois vigias, tinha de estar acontecendo isso. Então, o governo precisa cumprir o orçamento a partir do início do ano, porque, se deixar para fazer o resto depois das eleições, as esperanças se diluirão, sem a menor dúvida.

Com essas palavras agradecemos a V. Exas. pela atenção e realmente esperamos, estaremos atentos e vigilantes, para que aquilo que o governador colocou no orçamento se torne realidade para grande alegria do povo mais carente, que precisa, pelo menos, de uma assistência digna a sua saúde em nosso Estado de Minas Gerais.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Antônio Jorge* – Cumprimento o deputado Dalmo, aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia, os deputados que participam desta reunião.

Primeiro gostaria de salientar uma questão mais de ordem política geral, deputado Mourão e deputado Gustavo, que é a situação do Plenário. Acho que precisamos parar de nos esconder da população. A verdade é que nós, que temos aqui o afimco para debater ideias, trazer o confronto, o contraditório numa situação de absoluta iniquidade de forças, somos uma minoria – uma minoria mesmo – neste Plenário. É preciso denunciar esse descaso da base do governo com os trabalhos deste Plenário, deputado Mourão. Dia após dia, é isso a que assistimos: companheiros da oposição cumprindo o seu dever com a sociedade, honrando o salário, pelo povo, mas uma completa ausência da base do governo, seja dos líderes, seja daqueles que compõem a base.

Como servidor público efetivo, com 30 anos, quase 35 anos de serviços, vejo-me aqui com um outro papel de servidor público. Não sou daqueles que glamorizam, que se sentem excelência por estar nesta posição. Quero dizer que, como servidor público, deputado Gustavo, constrange-me muito essa situação. Temos alguns vetos importantes do governador, e então me pergunto: onde está o interesse do governo realmente na manutenção desses vetos, se eles, sequer, vêm ao Plenário para debater?

Deputado Gustavo Valadares, estamos às vésperas de votar o orçamento. Será que não passa pela estratégia da base do governo exatamente deixar do jeito que está para não se votar o orçamento? Existirá ainda alguma desculpa para inadimplência do governo estadual com tantas políticas críticas para a sociedade, que não seja dizer: “Olha, não estamos pagando porque não votaram o orçamento, porque a oposição não contribui com o governo?”

Queria dizer principalmente àqueles que nos veem pela TV Assembleia. Não sei se temos a coragem aqui de colocar o *frame* dessas cadeiras vazias. Quero deixar claro que, na realidade, quem tem disposição hoje de fazer o contraditório nas questões críticas da sociedade é a oposição, não é a base governista.

A base governista se mostra absolutamente descompromissada com a sua própria agenda nesta Casa. Estamos trabalhando muito, de forma contributiva. Quando necessário, denunciando; quando necessário, fiscalizando; em alguns momentos nos defendendo dos ataques da base do governo, dos ataques do próprio governo.

Ocupei hoje a tribuna para me dirigir a vocês, da TV Assembleia, e aos pares, para falar de um trabalho muito relevante. E fica agora o dissabor de não conseguir passar aqui o vídeo desse trabalho produzido no nosso gabinete, como já fizemos, a exemplo de tantos outros trabalhos. Sempre produzimos vídeos para multiplicar a comunicação dessas iniciativas, mas agora há um veto, não

se pode passar vídeo do deputado. O diretor que me desculpe, mas o veto sempre foi claro: não reproduzimos matérias jornalísticas na TV Assembleia, não tem o menor sentido isso; mas sim o trabalho do deputado, feito da força intelectual, da força de trabalho, de articulação política, que entendemos com um objetivo importante para a sociedade, que vai merecer o crível, o contraditório, aprove-se ou não se aprove. Acho que é um veto chulo, barato, dizer que não podemos dispor de uma estratégia de comunicação produzida pelo próprio gabinete sobre um projeto de lei deste deputado. E dizer que não podemos expor na TV Assembleia. Quero que fique consignado em ata o meu veemente protesto por esse tipo de censura, sem nenhuma justificativa. Até porque é contraditório. Este deputado já usou esse expediente em outros momentos.

Mas não vou deixar de falar do PL nº 4.241. Deputado Bonifácio Mourão, V. Exa., nosso decano e, seguramente, entre todos nós, nesta Casa, aquele que mais tem profundidade na matéria jurídica, institucional, constitucional, sabe que nós, da saúde, tivemos uma longa luta para que o governo transformasse esse direito constitucional, direito à saúde, ligado à dignidade da pessoa, num direito fático, num direito prestacional. Porque há o capítulo da Constituição, arrojada, generosa, elaborada pelos nossos constituintes, que diz que saúde é direito das pessoas, é direito do brasileiro, e é dever do Estado a questão prestacional. Mas não tínhamos, à diferença até da educação, desde a Constituição, conseguido definir o que era de fato o necessário de alocação de recursos para fazer frente a esse direito, a essa grande conquista social.

Senador Aécio, à época presidente da Câmara Federal, em 2000, aprovou esse grande salto, que foi a Emenda à Constituição nº 29/2000, que propôs então que se delimitassem 15% para os municípios e 12% para o Estado das receitas oriundas dos impostos próprios. E inicialmente a proposta da União era o valor do ano, mais a variação do PIB, corrigido para o ano seguinte. Depois tivemos uma longa jornada de luta, deputado Gustavo Corrêa, uma longa jornada de 15 anos do movimento sanitário, porque os governos reconheceram os mínimos constitucionais, mas gastavam da forma que lhes convinha, alguns gastando em saneamento, outros pagando os inativos da saúde. Até que finalmente tivemos, em 2012, uma outra grande conquista, que foi a Lei nº 141, de 2012, uma lei infraconstitucional, uma lei complementar à Constituição, que definiu que, para além do mínimo, é preciso dizer – e esta lei diz claramente o que é gasto em saúde. E acabou com a diversidade de opiniões do que se gasta em saúde, porque ficou consagrado na Lei nº 141 o que era gasto em saúde.

Os senhores podem pensar que então resolveu. Não resolveu. Infelizmente, a partir do advento da Lei nº 141, passamos, de fato, a ter regularidade e só gastar aquilo que a lei prevê como gastos em saúde, em ações próprias da saúde. Todavia, a Lei nº 141 deixou uma brecha que a Lei do Fundeb não deixou, que é dizer, para fins do cômputo desse mínimo constitucional, deputado Bonifácio Mourão, o que pode ser realmente computado além das despesas próprias de saúde. É a lacuna dos restos a pagar. Enquanto a Lei do Fundeb diz claramente que só podem ficar em restos a pagar, para o exercício seguinte, 5% do orçamento, e que esses 5% têm que ser executados no primeiro quadrimestre do ano seguinte, a lei complementar da saúde não diz nada.

E o que os governos vêm fazendo de forma a deixar a saúde inviável em seu aspecto prestacional? Estamos toda hora denunciando hospitais fechando; estamos nesse drama do João XXIII, pacientes tomando banho gelado, porque não pagaram o óleo da caldeira. É uma coisa inacreditável. Aliás, aí não é nem um problema financeiro, é desleixo gerencial mesmo.

Mas o que vem acontecendo, o que vem ferindo de morte a expectativa do financiamento da saúde nos estados é que a Lei nº 141, por não prevenir os restos a pagar, permite que o governo, diante das suas dificuldades, contemple as suas agendas político-partidárias e abra a caixa de ferramentas: “Onde há dinheiro livre?” “No custeio da saúde.” “Mas não se pode contingenciar sem gastar os 12%.” “Aí a gente empenha e não paga.” Então, deputado Gustavo Corrêa, os restos a pagar que, em 2011, foram R\$400.000.000,00, em 2016 foram R\$2.600.000.000,00. Neste ano, passarão de R\$3.000.000.000,00. Num orçamento de R\$5.000.000.000,00, significa que mais da metade do orçamento da saúde virou ficção. E é ficção, porque a lei também não definiu, a exemplo da Lei do Fundeb, que tem de ser pago no primeiro quadrimestre. Fica por cinco anos, depois prescreve.

Então, infelizmente, aqueles que têm atenção aos dilemas das políticas públicas, à nossa grande dificuldade fiscal – temos de ser criativos, ter prioridades corretas – estamos diante de uma situação em que, depois de 20 anos de luta pelos mínimos constitucionais, pela regulamentação do que é gasto na saúde, ficamos sem as bandeiras e sem o dinheiro, porque isso de nada valeu. Hoje, do ponto de vista nominal de contas pagas, na área da saúde, efetivamente, estamos com valores nominais inferiores a 2014. Andamos para trás, apesar das garantias constitucionais.

Discutimos muito no plano federal. Tenho as minhas articulações com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, até mesmo com o Conselho Nacional do Ministério Público da Saúde, e chegamos à conclusão de que, se não regularmos a questão dos restos a pagar, crescentemente teremos uma peça que – já é ficcional o orçamento público no Brasil – vai virar piada. Então, estamos apresentando um projeto de lei que nos cabe – recado a nossa Comissão de Constituição e Justiça, que precisa ser ousada e pensar nos mineiros. É um projeto de lei simples, que diz o seguinte: “Para cômputo da emenda ...”. E temos a prerrogativa constitucional de legislar, de forma complementar, na área da saúde.

Então, nada nos impede; além do que, é prerrogativa nossa legislar sobre a Lei Orçamentária estadual. Então, estamos dizendo: para fins orçamentários e do cômputo do mínimo constitucional na saúde, em Minas Gerais, os restos a pagar não podem passar de 15%, que são 10% daquilo que já está regulado. E ninguém reclama na educação. Esse é o Projeto de Lei nº 4.241. Vamos subir aqui, nesta tribuna, buscar o apoio dos deputados em seus gabinetes, porque é fundamental. Esse não é um projeto contra este governo. É um projeto a favor do SUS, é um projeto a favor daqueles que respeitam a Constituição, daqueles que respeitam o trabalho de líderes do passado, dos nossos constituintes, Teotônio Vilela, Franco Montoro, Covas, Ulysses Guimarães e tantos outros da situação e da oposição, o ex-presidente Lula – para não dizerem que é mais uma bandeira meramente partidária –, que consagraram esse direito constitucional à saúde que, hoje, está sendo maculado por uma “mandracaria” comprada, barata, porque há uma brecha na lei.

Então, deputado Mourão, a V. Exa., que é sempre contributivo nos aspectos legais, com sua vasta experiência, peço apoio numa questão de justiça. Esse projeto, deputado Mourão, não é um projeto do Antônio Jorge mais, é um projeto da Comissão de Saúde, que tem o deputado Jean, do PT, o deputado Pimenta, do PCdoB, o deputado Carlos Pimenta, do PDT. Nós, como suplentes do Bloco Independente, também fazemos parte corriqueiramente da nossa reunião. Busquei todos os membros da Comissão de Saúde, que são signatários. Então, diria para esta Casa: este é um projeto que não está visando a bandeira partidária.

É um projeto em defesa da cidadania, daqueles que mais precisam do SUS. Não adianta ficar na retórica defendendo o SUS. Nós aqui temos a caneta para fazer com que o SUS possa ser minimamente mais efetivo do que é hoje. Esse projeto aprovado, liquidando esses 30% de resto a pagar, significa, só no ano que vem, um incremento de R\$12.000.000.000,00 na saúde estadual. Só para lembrar, esse valor nem é suficiente para pagar a dívida que hoje o Estado tem com os municípios, que já rolam os R\$2.600.000.000,00.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Serei rápido, deputado Antônio Jorge. V. Exa. está fazendo o discurso com profundidade a respeito desse grave problema de deixar as contas no resto a pagar e depois não pagar. Com certeza, o projeto de V. Exa. foi examinado, por nossa parte, com o maior cuidado; inclusive, já conversamos a respeito, mas gostaria de fazer uma ligeira consideração. Quando V. Exa. citou grandes constituintes de 1988, entre eles Mário Covas, Ulysses Guimarães e Teotônio Vilela, V. Exa. também citou Lula.

O deputado Antônio Jorge* – Ele não foi constituinte?

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Ele foi, mas não assinou a Constituição.

O deputado Antônio Jorge* – Está certo.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Ninguém do PT assinou a Constituição Federal de 5/10/1988.

O deputado Antônio Jorge* - Muito obrigado. Isso não é um dado histórico, mas um dado político relevantíssimo. Agradeço muito o vosso aparte, mas fica aqui a nossa comunicação e a nossa frustração. Encerro em 30 segundos.

Tenho um profundo respeito pelo tecnicismo desta Casa. Como sou servidor efetivo do Estado, tenho um profundo respeito por todos os trabalhadores desta Casa, mas quero que se registre, mais uma vez, deputado Dalmo, com muita veemência, a censura que sofri hoje. Diante do meu compromisso com os mais de 90 mil eleitores, desse nosso dever, quase que sagrado, de respeito à nossa palavra, para chegar a esta tribuna e poder ter independência de falar aquele que defende e que representa os seus eleitores, não posso aceitar, de maneira nenhuma, que não tenha o uso de uma ferramenta elaborada por mim, que comunica um projeto de lei da Comissão de Saúde, que ajuda a compreensão de um tema extremamente árduo para as pessoas, deputado Gustavo Corrêa. Restos a pagar, LOA e PPAG são terrenos áridos para o cidadão comum. Ninguém tem obrigação de entender isso.

Temos um vídeo que vou mostrar. Quero procurar o presidente Adalclever Lopes, porque essa orientação não existe, e dizer que é uma interpretação equivocada. Insisto em que aqui não é lugar para ficar reproduzindo matérias jornalísticas de outros órgãos. Mas aqui é um lugar para instrumentalizar o nosso mandato. Então fica aqui o meu protesto e o apoio que peço, de forma muito veemente. Mais 10 segundinhos, deputado Dalmo. Agradeço a benevolência do tempo. Acho que não há mais ninguém inscrito.

Criamos uma lista na internet, um manifesto eletrônico de apoio a essa iniciativa. É preciso que a população entenda que o seu direito está sendo subtraído por uma lacuna legal, de uma lei que é federal. Então não há bandeira partidária, mas a defesa intransigente de avançarmos na saúde. Agradeço a V. Exa.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 30/10/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Cleomar Quintal Ramos, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel;

exonerando Ivan Luiz de Souza, padrão VL-49, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

exonerando Jair Carneiro Ferraz, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando José Tadeu Porto Santos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

exonerando Marcio Manoel Maia Vicente, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Wilson Batista;

exonerando Noel Barros Arantes, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando Ricardo José da Silva, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro;

exonerando Semira Corrêa Kayello, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social;

nomeando Aldanny Guimarães Rezende, padrão VL-38, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel;

nomeando Cândida Natália Amorim Reis, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

nomeando Cleomar Quintal Ramos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social;

nomeando Erica Patricia da Silva Dias, padrão VL-49, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

nomeando Noel Barros Arantes, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro;

nomeando Patricia de Amorim Maia, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Wilson Batista;

nomeando Ricardo José da Silva, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 88/2017

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 161/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 16/11/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para o fornecimento de rodapé em madeira maciça.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, no Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 89/2017

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 162/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 17/11/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade reforma de piso.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, no Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 137/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis. Objeto: prestação de serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais – Libras – para a língua portuguesa e vice-versa, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo ou ensaiada, gravada ou não, em eventos, atividades diversas e projetos institucionais da contratante ou por ela promovidos, no Município de Belo Horizonte, com cessão de uso de imagem. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensada, de acordo com o art. 24, XX, da Lei Federal n.º 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 138/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MCI Decorações Ltda. Objeto: fornecimento e instalação de cortina. Vigência: 12 meses. Licitação: Pregão Eletrônico nº 62/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 143/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação do Bairro Bela Vista. Objeto: Doação de bens móveis irrecuperáveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 146/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Agência Estado S.A. Objeto: licenciamento de conteúdos noticiosos e informes políticos. Objeto do aditamento: 2ª prorrogação do contrato, por 12 meses. Vigência: 12 doze meses, de 14/10/2017 a 13/10/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 8/2017

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda convenente: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Objeto: cooperação institucional visando a maximizar as ações de polícia judiciária necessárias ao exercício de mandato eletivo. Vigência: 12 meses. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

**ERRATA****ATA DA 89ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/10/2017**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 28/10/2017, na pág. 14, sob o título “Ofícios”, no resumo do ofício do Sr. Bruno Tasca Cabral, onde se lê:

“prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.157/2017, da Comissão de Direitos Humanos”, leia-se:

“prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 8.970/2017, do deputado Cristiano Silveira”.